



## O CÓDIGO DE ÉTICA DE 1993 E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS E RESISTÊNCIAS NA CONJUNTURA NEOLIBERAL

### THE 1993 CODE OF ETHICS AND THE ETHICAL-POLITICAL PROJECT OF SOCIAL WORK: CHALLENGES AND RESISTANCE IN THE NEOLIBERAL CONJUNCTURE

Silvia Silva Martins Pinheiro<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo central identificar os desafios enfrentados pelo Serviço Social nos últimos 30 anos e analisar as principais estratégias e formas de resistência da categoria na conjuntura neoliberal. A partir de uma análise bibliográfica, busca-se compreender como o Código de Ética de 1993 e o Projeto Ético-político do Serviço Social vêm constituindo como importantes mecanismos na orientação da prática profissional, em especial numa conjuntura marcada pela forte supressão dos direitos sociais e precarização do trabalho. Consolidados na década de 1990, ambos denotam a maturidade intelectual da profissão, o rompimento com o conservadorismo, o compromisso com a classe trabalhadora e a intenção de construir uma nova ordem societária. Todavia, diante da crise estrutural do capitalismo e a implementação da agenda neoliberal, constata-se a ampliação dos processos de expropriações, os quais se refletem no aprofundamento da flexibilização das relações trabalhistas, do sucateamento dos serviços públicos e na erosão dos direitos sociais. Esse quadro reforça desafios antigos e impõe novos obstáculos à profissão. Contudo, as lutas e a resistência da classe trabalhadores são fundamentais contra a barbárie.

**Palavras-chave:** Código de Ética; Projeto Ético-político; Serviço Social; Neoliberalismo.

**SUMMARY:** The main objective of this article is to identify the challenges faced by social work in the last 30 years and to analyze the main strategies and forms of resistance of the category in the neoliberal context. Based on a bibliographical analysis, the aim is to understand how the 1993 Code of Ethics and the Ethical-Political Project of Social Work have been constituting important mechanisms in guiding professional practice, especially in a context marked by the strong suppression of social rights and precariousness of work. Consolidated in the 1990s, both denote the intellectual maturity of the profession, the break with conservatism, the commitment to the working class and the intention to build a new societal order. However, given the structural crisis of capitalism and the implementation of the neoliberal agenda, the expansion of expropriation processes is observed, which are reflected in the deepening of the flexibilization of labor relations, the scrapping of public services and the erosion of social rights. This framework reinforces old

---

<sup>1</sup> Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Especialização em Políticas Sociais e Intersetorialidade pela FIOCRUZ/IFF. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro do Laboratório de Estudos de Proteção Social e Trabalho (LepSop) da Escola de Serviço Social da UFRJ. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8048-4639>. E-mail: [silviapinheiro.07@gmail.com](mailto:silviapinheiro.07@gmail.com).

Artigo submetido em: 31 de maio de 2023.

Artigo aceito em: 06 de novembro de 2023.

p. 136-159. DOI: <https://doi.org/10.46551/rss202408>

challenges and imposes new obstacles on the profession. However, the struggles and resistance of the working class are fundamental against barbarism.

**Keywords:** Code of Ethics; Ethical-political project; Social service; Neoliberalism.

## INTRODUÇÃO

A partir da análise acerca das transformações do sistema capitalista, das contradições entre capital trabalho e das expressões da questão social, é possível compreender os fundamentos sócio-históricos do serviço social e a importância dos instrumentos normativos e dos dispositivos legais no âmbito profissional. Tais mecanismos vão garantir a legitimidade da profissão perante a sociedade e fornecer as orientações acerca da prática do assistente social, tanto em relação aos usuários dos seus serviços quanto às instituições públicas ou privadas onde seu trabalho é materializado.

O Código de Ética de 1993 (EC/93) e o Projeto Ético-político do Serviço Social, consolidados nos anos 1990, assinalam a maturidade intelectual da profissional e a construção de uma autoimagem pautada na perspectiva teórica marxista e no compromisso ético-político com a luta da classe trabalhadora. Nesse momento, o serviço social deixa claro seu rompimento com o conservadorismo e com perspectiva moralista em torno da questão social. A realidade passa a ser investigada a partir das contradições inerentes à sociedade capitalista e os sujeitos como parte dos processos econômicos, políticos, sociais e culturais. Apesar das importantes conquistas obtidas na década de 1980, período marcado pela redemocratização do país, pelas fortes mobilizações sociais e pela implementação da Constituição de 1988, nos anos de 1990 fortes desafios são impostos à classe trabalhadora através da implementação da política neoliberal.

Este artigo está estruturado em duas partes. No primeiro momento é realizada uma breve análise acerca do processo sócio-histórico do serviço social e suas imbricações com o desenvolvimento capitalista brasileiro. A segunda parte tem o propósito de trazer algumas reflexões em torno da importância do Código de ética profissional de 1993 (EC/93) e do Projeto ético-político no cotidiano profissional. Com base na análise bibliográfica, busca-se avaliar como o serviço social, após o rompimento com suas bases conservadoras e tradicionalistas, vem enfrentando os desafios que emergem na conjuntura neoliberal. Diante desse cenário, é fundamental analisarmos as estratégias da classe trabalhadora, e isso inclui

O código de ética de 1993 e o projeto ético-político do Serviço Social: desafios e resistências na conjuntura neoliberal  
o serviço social, no enfrentamento da exploração, das expropriações, das opressões diversas que se ampliam e se aprofundam no atual contexto.

## O PROCESSO SÓCIO-HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM AS METAMORFOSES DO CAPITALISMO BRASILEIRO

As transformações societárias que se desencadearam no Brasil, sejam aquelas que marcaram o século XX ou mesmo as que se manifestam atualmente, exprimem um papel contundente no desenvolvimento do serviço social, na identidade profissional, nas bases teóricas e filosóficas que orientam a profissão e na dimensão ético-política. Nessa perspectiva, compreender as metamorfoses da profissão no decorrer de sua história, exige a análise das contradições típicas do modo de produção capitalista, das particularidades da questão social brasileira e do papel exercido pelo Estado.

O processo de acumulação capitalista no Brasil ocorreu a partir de inúmeras singularidades oriundas de sua formação sócio-histórica. Behring e Boschetti (2009, p.72) destacam algumas dessas particularidades. A acumulação originária no país é marcada pelo colonialismo e imperialismo, elementos que acarretaram ao território a condição de dependência econômica e subordinação aos mercados internacionais. Outro elemento crucial corresponde ao escravismo, fato que provocou danos imensuráveis à sociedade brasileira. Um exemplo disso são as condições altamente precarizadas das relações de trabalho. Segundo as autoras:

A persistente presença do trabalho escravo teve impactos importantes no nascimento do trabalho livre e nas possibilidades políticas de um processo mais rápido e radicalizado de transição, com participação mais contundente do movimento operário: "em vez de fomentar a competição e o conflito, ele nasce fadado a articular-se, estrutural e dinamicamente, ao clima de mandonismo, do paternalismo e do conformismo, imposto pela sociedade existente, como se o trabalho livre fosse um desdobramento e uma prolongação do trabalho escravo" (Fernandes, 1987: 193). Trata-se de uma situação estrutural, que retardou a consciência e a ação política operária no Brasil, cujas primeiras manifestações como tal datam do início do século XX. Estas, quando se colocam mais adiante na cena política, extrapolando o mandonismo e paternalismo tradicionais das elites, serão tratadas a partir da repressão policial e da dissuasão político-militar (BEHRING e BOSCHETTI, 2009, p.77).

A modernização conservadora representa um aspecto central do desenvolvimento capitalista nacional. Trata-se da combinação da modernização da economia com elementos

arcaicos. Na prática isso significou que o advento da modernização não resultou na eliminação das estruturas pertencentes ao período colonial, a exemplo do latifúndio e da concentração de terra. Tais fenômenos vão se adaptando às mudanças na realidade e se configurando como meio de alavancar as taxas de lucro, assinala Santos (2010, p.130). A autora também aponta que a precarização e a flexibilização do trabalho são marcas históricas do Brasil. É importante ressaltar que os aspectos socioeconômicos supramencionados incidirão diretamente nas expressões da questão social e na formatação das políticas sociais.

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2014, p.38-47), a produção e reprodução capitalista não se caracterizam como mera produção e consumo de mercadorias. Trata-se de uma relação social que expressa conflitos e contradições, que é permeada por interesses distintos e antagônicos, com diversos posicionamentos políticos e ideológicos. A reprodução do capital pressupõe a exploração da força de trabalho, o controle sobre a mão de obra, o consumo de mercadorias pelos trabalhadores, entre outras coisas. Diante das condições impostas pela dinâmica do capitalismo, torna-se essencial a criação de profissões e instituições pertinentes à continuidade deste processo. As profissões se formam a partir das necessidades de um determinado contexto. Nessa perspectiva, compreender a gênese, o desenvolvimento e as transformações do serviço social requerem o conhecimento da conjuntura social, política e econômica na qual está inserido.

No Brasil, as primeiras décadas do século XX, ficaram marcadas pelo avanço do processo de industrialização, pelo forte crescimento urbano, adensamento da classe operária e suas fortes reivindicações por melhores condições de trabalho. De acordo com Behring e Boschetti (2009, p.13), o Estado passa a reconhecer a questão social e intervir sobre suas expressões através do processo de modernização conservadora. E esse representa um momento crucial ao serviço social, pois seu processo de profissionalização, enquanto especialização do trabalho coletivo, está ligado à expansão do papel do Estado, ao momento em que ele reconhece as expressões da questão social como objeto de sua intervenção.

Nesse cenário, mediante a formulação das políticas sociais, o poder público assume a responsabilidade na administração da questão social com a finalidade de mediar o conflito capital/trabalho. Isso não significa que os velhos métodos de enfrentamento da pobreza tenham sido extintos. Pelo contrário, a repressão, a criminalização da pobreza e a filantropia passaram a coexistir com as políticas sociais. A atuação do Estado no âmbito das expressões

da questão social implicará a necessidade da formação de diversas profissões destinadas ao planejamento, execução, gestão e fiscalização. Nesse sentido, constata-se uma relação profunda entre a política social e o serviço social, sendo um elemento determinante na constituição da profissão no âmbito da divisão sociotécnica do trabalho.

No que diz respeito às políticas sociais, elas se configuram como mecanismos empregados pelo poder público para intervir nas múltiplas expressões da questão social no âmbito do capitalismo monopolista. Behring e Boschetti (2009, p.22) assinalam que elas se constituem como processos históricos, permeados por rupturas e continuidades. Ao retomar as análises de Couto (2004), Silveira (2011, p.26) afirma que, no decorrer seu desenvolvimento no Brasil, tais intervenções vêm se caracterizando por ineficiência, residualidade e subalternização. Do ponto de vista histórico, apresentam um caráter focalizado e assistencialista. Yazbek (1999) aponta a existência de um vínculo histórico entre política social e projetos conservadores. A autora também ressalta que:

Os programas e ações pontuais tendem, dadas às condições objetivas da configuração do Estado, à moralização da questão social, dos comportamentos tidos como desviantes. Isso porque os padrões conservadores são hegemonicamente incorporados por parte dos subalternizados, que são portadores de projetos de classe e vivenciam a exploração e exclusão social, econômica e política (Yazbek, 1999, p.134).

Vale ressaltar, que a análise acerca da política social não deve exprimir uma visão unilateral. Tais mecanismos expressam fortes contradições e, apesar das características anteriormente mencionadas, eles também representam meios essenciais ao acesso a serviços e benefícios sociais e, dessa forma, se configuram como importantes conquistas para a classe trabalhadora.

A emergência do serviço social remete à década de 30 do século passado e seu surgimento esteve estreitamente vinculado à Igreja Católica. Embora os princípios religiosos tenham influenciado a profissão por um longo período, o serviço social não se constitui como uma simples evolução de ações de caridade e filantropia, assinalam Iamamoto e Carvalho (2014, p.133-137). Para os autores, o sentido social da profissão reside no processo de reconfiguração do capitalismo e das demandas que nascem no âmbito da divisão sociotécnica do trabalho, assim como seus fundamentos estão profundamente articulados à questão social.

Nos primórdios do serviço social, lamamoto e Carvalho (2014, p.214-217) destacam que o objetivo dos primeiros assistentes sociais consistia em solucionar, segundo suas crenças, as deficiências dos indivíduos ou das coletividades. O entendimento sobre o proletariado repousava na ideia de que ele próprio era o responsável por suas "anormalidades", "patologias" e pelas suas próprias condições de vida. Além disso, acreditava que ele possuía uma ignorância natural e era moralmente fraco. Aos assistentes sociais caberia a intervenção na "crise de formação moral, intelectual e social da família" (Ibid., p.217).

Ao longo da história do Serviço Social foram formulados, ao todo, cinco códigos de ética (1947, 1965, 1975, 1986 e 1993). Formulado a partir de um conjunto de princípios e valores, a finalidade do código de ética é nortear a prática profissional tanto no âmbito das instituições em que atua quanto perante a população que demanda sua intervenção. O primeiro Código de Ética do serviço social foi instituído em 1947 e sustentava-se nos pilares do conservadorismo e da moralidade cristã. Do ponto de vista filosófico, estava fundamentado nos ideais neotomistas. A questão social, nesse período, era interpretada através da ótica da moralidade cristã e suas expressões consideradas fruto do comportamento socialmente desajustado dos indivíduos.

Criado no pós-Guerra e difundido inicialmente nos países centrais, o "desenvolvimento de Comunidade" foi uma estratégia de intervenção sobre a questão social. Esse método de trabalho estava pautado na ideia de que o desenvolvimento do país (econômico, político, social, cultural) e o progresso da nação seriam concretizados a partir da soma de esforços advindos tanto da comunidade quanto do poder público. No Brasil, esse método começou a ser implementado no serviço social a partir da década de 1950. Nesse período, durante a gestão Juscelino Kubistchek (1956-1960), foi criado o projeto "50 anos em 5" cuja finalidade seria, a partir da combinação do desenvolvimento nacional, do capital estrangeiro e da participação da comunidade, alcançar o desenvolvimento da infraestrutura brasileira e o progresso do país (NASCIMENTO, 2018, p.117).

Em meados da década de 1960 ocorreu a emergência do chamado movimento de reconceituação, o qual, não de forma homogênea, se disseminou por todo território latino-americano. No Brasil, o Movimento esteve intimamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo nacional, tornando, dessa forma, inapropriada uma perspectiva endógena sobre o fenômeno. De acordo com lamamoto (2019, p.444) o Movimento contestava o capitalismo

dependente e o imperialismo norte-americano. Além disso, foi fortemente influenciado pelas mudanças na América Latina, pela revolução Cubana 1959 e pelos movimentos de 1968.

Apesar das transformações do período, Silva (2015, p.2) constata que o contexto da ditadura militar se constituiu como um terreno fértil para o prosseguimento dos ideais conservadores. Cultivou-se também a ideia de liberdade a partir dos fundamentos cristãos, pautados na defesa da ordem social capitalista, dos princípios individualistas, no ajustamento social dos indivíduos e na negação da luta de classes. Entre os Códigos de Ética de 1965 a 1975 é possível identificar a manutenção da perspectiva conservadora e tradicionalista.

Apesar dos elementos supracitados, os anos 60 também refletiram o desejo de transformação social e compromisso dos assistentes sociais com as classes subalternizadas. Segundo Yamamoto (2019, 144), o Serviço Social passou a buscar teóricas e métodos vinculados às particularidades históricas da região. Em relação à prática profissional, emergia a necessidade de imprimir um caráter científico ao fazer profissional e a recusa da neutralidade político-ideológica.

O Movimento atingiu o interior do serviço social de maneira profunda, provocando mudanças no campo teórico e no formativo. No contexto de uma industrialização pesada, surgia a necessidade do assistente social se qualificar profissionalmente para atender às demandas e requisições da nova conjuntura, advindas tanto do Estado quanto de instituições e empresas privadas. As novas exigências impostas ao serviço social implicaram a aproximação da profissão com as ciências sociais, antropologia e psicologia social, resultando na expansão de suas bases teórico-metodológicas (NETTO, 2011, p.115-128).

Conforme salientado por Netto (2011), no Brasil, o Movimento de reconceituação foi afetado por elementos políticos, econômicos, sociais e culturais da sociedade brasileira. O autor aponta três tendências que se refletiram sobre o processo de renovação do serviço social brasileiro, as quais irão se manifestar através dos seminários de teorização. A primeira tendência corresponde à Modernização Conservadora, que irá se afirmar nos seminários de Araxá (1967) e se consolidar no seminário de Teresópolis (1975). Essa perspectiva é desprovida de análise crítica sobre o Estado e a operacionalização das políticas sociais. Dialoga com as correntes teóricas do funcionalismo (ramificação do positivismo) e mantém o vínculo com o serviço social tradicional e os objetivos de ajustamento social dos indivíduos.

De acordo com Iamamoto (2019, p.444) os seminários de teorização de Araxá e Teresópolis, foram grandes representantes do conservadorismo. Seus discursos visavam o fortalecimento da ala hegemônica e tradicional do serviço social. Se constituíram como espaços para o enfrentamento das bases progressistas da profissão.

A segunda tendência compreende a reatualização do conservadorismo e suas concepções foram postas nos seminários de Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984). Para Netto (2011), essa perspectiva insere a crítica à modernização conservadora, no entanto, não aborda os conflitos entre classes nem insere o debate sobre a transformação da realidade. Tem a fenomenologia como base teórica e segue uma lógica subjetivista. Nesse sentido, o sujeito assume o protagonismo e a mudança parte do seu interior pela via do diálogo e da conscientização. A terceira tendência é referente a intenção de ruptura, onde dois momentos se destacam: 1) o "Método de BH" – desenvolvido no contexto da ditadura militar entre 1972–75 e não representou uma ruptura de fato. 2) as formulações promovidas por Maria Vilela Iamamoto a partir de 1982, inserindo a crítica marxista no serviço social.

Iamamoto (2019, p.441–443) destaca alguns pontos cruciais dessa conjuntura, tais como o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), o Congresso da Virada (1979), o Código de Ética de 1986 e o início efetivo do processo de ruptura. Segundo a autora, o III CBAS representou um marco histórico no serviço social. Nele, é reforçado o rompimento com o conservadorismo e é fortalecida a defesa da perspectiva marxista, o posicionamento a favor dos interesses da classe trabalhadora e dos ideais democráticos. Além disso, as perspectivas endógenas acerca da realidade Latino-americana passam a ser rejeitadas.

Ainda em consonância ao pensamento da autora, esse Congresso se configurou, embora tardiamente, como a primeira manifestação da categoria contra a ditadura militar-empresarial. Nesse cenário, o Serviço Social se aproxima dos movimentos sociais, se articula às lutas da classe trabalhadora e reforça as reivindicações por direitos sociais e fortalecimento da democracia. Iamamoto sobre o CBAS, acrescenta:

Recusa-se o assistencialismo e a benemerência, questiona-se os fundamentos positivistas da triade do Social *Workbnorte-americano*: o Serviço Social de casos, o Serviço Social de grupo e a organização/desenvolvimento de comunidade difundida por ideólogos de organismos internacionais durante a Guerra Fria. Busca-se um Serviço Social latino-americano fundado nas particularidades da formação histórica da América Latina e do Caribe, denunciando as relações de dependência ante os EUA (IAMAMOTO, 2019, p.442–443).

O movimento de reconceituação obteve conquistas significativas, as quais irão se manifestar através do rompimento com bases conservadoras e do propósito de ajustamento social dos indivíduos. Ampliava-se a rejeição às práticas cotidianas desvinculadas do contexto histórico, as quais enfatizavam o atendimento individualizado de sujeitos, grupos ou comunidade. O Movimento também rompeu com o fazer profissional desvinculado da questão social e das políticas sociais. O serviço social foi então submetido a uma nova leitura no campo das relações sociais entre as classes e o Estado e no enfrentamento das expressões da questão social por intermédio das políticas sociais (IAMAMOTO, 2019, p.449-450).

A crise estrutural do capitalismo, iniciada em meados da década de 1970, produziu efeitos que se expressaram, dentre outras formas, na reestruturação produtiva e no declínio do Estado de bem-estar social nas economias centrais. Nesse contexto da economia mundial, ocorria a transição do sistema de produção fordista para o toyotista, pautado na maior flexibilização do mercado de trabalho. Nesse cenário o mundo do trabalho foi fortemente impactado e isso se refletiu em relações trabalhistas mais flexíveis, constantes perdas de direitos sociais, enfraquecimento dos sindicatos, aumento da pobreza e desemprego estrutural.

No Brasil, na conjuntura dos anos de 1970, o país vivenciava uma onda de descontentamento com o regime militar, a qual agregava tanto alguns segmentos burgueses quanto os membros da classe trabalhadora. A intensa mobilização do operariado marcou a reinserção dos trabalhadores no cenário político brasileiro e esse foi um passo significativo para a dissolução do regime e o início do processo de redemocratização do Brasil a partir da eleição indireta, com a vitória de Tancredo Neves em 1985. Com a reforma universitária determinada pelo regime militar, começaram a ser implementados os cursos de pós-graduação em serviço social e isso possibilitou a legitimação da profissão no âmbito acadêmico. A partir do intercâmbio com as ciências sociais, o serviço social deu um passo importante no que diz respeito à sua produção teórica (Iamamoto, 2029, p.149).

A década de 1980 foi período afetado pela forte crise econômica, altas de desemprego e inflação. Esse quadro corroborou fortemente para o esgotamento do regime militar. O crescimento da dívida externa e os juros altos no país resultaram em consequências negativas à classe trabalhadora, manifestadas, segundo Ortiz (2007, p.242) na expansão na pobreza, no sucateamento dos serviços sociais, na alta taxa de desemprego e no trabalho informal. Em relação às principais consequências da informalidade sobre a classe trabalhadora, Iamamoto

(2019, p.455) destaca a dificuldade no acesso à seguridade social e aos direitos trabalhistas (jornada de trabalho definida, férias remuneradas, seguro-desemprego).

O período também ficou marcado pelas grandes mobilizações sociais, movimentos estudantis, pelas intensas lutas oriundas dos mais variados segmentos da classe trabalhadora e dos sindicatos. Foi um momento de forte efervescência política, onde o país vivenciava seu processo de redemocratização. Nesse contexto, através de suas entidades representativas como CFAS (Conselho Federal de Assistentes Sociais), CRAS (Conselhos Regionais de Assistentes Sociais), ABESS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), CENEAS (Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais) e ANAS (Associação Nacional Sindical dos Assistentes, o serviço social expressa seu posicionamento a favor da classe trabalhadora e em defesa da democracia. Em relação às conquistas da classe trabalhadora nesse período, destacam-se a promulgação da Constituição Federal de 1988 e os direitos fundamentais nela incorporados.

A primeira metade dos anos 80 assistiu à irrupção, na superfície da vida social brasileira, de demandas democráticas e populares reprimidas por longo tempo. A mobilização dos trabalhadores urbanos, com o renascimento combativo da sua organização sindical; a tomada de consciência dos trabalhadores rurais e a revitalização das suas entidades representativas; o ingresso, também na cena política, de movimentos de cunho popular (por exemplo, associações de moradores) e democrático (estudantes, mulheres, "minorias" etc.); a dinâmica da vida cultural, com a reativação do protagonismo de setores intelectuais; a reafirmação de uma opção democrática por segmentos da Igreja católica e a consolidação do papel progressista desempenhado por instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) – tudo isso pôs na agenda da sociedade brasileira a exigência de profundas transformações políticas e sociais. (Iamamoto, 2019, p.150)

As diretrizes profissionais e as dimensões ético-políticas do serviço social também foram profundamente afetadas pelas transformações societárias. O Código de Ética de 1986 do serviço social nasce nesse contexto e expressa a maturidade teórica e política da profissão e a busca pela redefinição de sua autoimagem profissional. Nele, é possível identificar significativas mudanças, manifestadas, dentre outras formas, na negação da ética conservadora, no rompimento com o tradicionalismo e ampla defesa da liberdade e democracia. Inicia-se a partir de então o diálogo com a teoria marxista e compromisso ético-político com a classe trabalhadora. Trata-se de um conjunto de valores e princípios que condicionam a

prática profissional no cotidiano, a participação política, a busca pelo enfrentamento das novas necessidades, entre outras coisas (BARROCO, 2009, p.17).

Nesse novo contexto, o serviço social assume um posicionamento crítico frente às contradições do modo de produção capitalista e as expressões da questão social deixam de ser analisadas pelo viés da moral cristã. A partir dessa perspectiva, as condições de vida dos sujeitos passam a ser compreendidas, não mais de forma isolada e dentro de uma ótica moralista, mas sim através das contradições da realidade. A vida dos sujeitos passa a ser analisada a partir dos processos econômicos, políticos, sociais e culturais. A implementação do currículo de 1982 denota a nova dimensão política da intervenção do assistente social, a intenção de romper com a prática da ajuda ou do cuidado e o objetivo de socializar saberes e autoconscientização, embora ainda comportasse alguns limites e esteve fundamentado no chamado "marxismo vulgar", assinala Ortiz (2007, p.256).

Segundo Barroco (2009, p.17-18), tanto do ponto de vista operacional quanto teórico, o Código de Ética de 1986 apresentou algumas insuficiências. Visando o aprofundamento do conteúdo, o qual já tinha iniciado um diálogo com base teórica marxista, foi elaborado o EC/93 e o projeto ético-político. Ambos constituídos numa conjuntura completamente diferente daquela dos anos 80. Outro marco significativo foi a instituição da Lei nº 8.662/93, a qual regulamenta o exercício da profissão de assistente social. Segundo a autora, a partir dessa nova etapa, o trabalho é reafirmado como elemento central no processo de constituição dos seres humanos. A concepção ética, a partir de sua historicidade, está ligada a valores ético-políticos que irão se expressar através da liberdade, da democracia, da justiça social e também dos direitos, sejam eles políticos, civis, sociais, econômicos ou culturais. É preconizada a eliminação de qualquer forma de preconceitos, opressões e discriminação, seja de gênero, raça, classe, nacionalidade, entre outras. Elementos de suma importância para os grupos subalternizados.

## O CÓDIGO DE ÉTICA DE 1993 E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: BREVE ANÁLISE DO CONTEXTO NEOLIBERAL DOS ÚLTIMOS 30 ANOS

O Código de Ética do serviço social de 1993, a partir dos princípios e diretrizes que comporta, se configura como um relevante documento na orientação da prática do assistente

social, seja em relação aos usuários que demandam pelos seus serviços, seja no que concerne aos espaços onde seu trabalho é materializado. No momento em que é formulado o CE/93, os debates no âmbito do serviço social, articulado ao marxismo como método de investigação da realidade, demonstravam a maturidade intelectual alcançada pela profissão, conforme lamamoto (2019, p.149).

O CE/93 forneceu as bases para a construção do projeto ético-político do serviço social, o qual começa a ser construído em meados dos anos de 1970, por intermédio do movimento de reconceituação, e é consolidado na década de 1990. É a partir desse projeto societário que o serviço social expressará sua autoimagem, seu posicionamento político em direção aos interesses da classe trabalhadora, a crítica incisiva contra o conservadorismo e a ampla defesa da democracia. Suas proposições apontam para a construção de uma nova ordem societária, que rompe com qualquer base conservadora e tem como pilares a liberdade, a justiça social, a emancipação humana e a democracia. O projeto também está direcionado ao combate contra os preconceitos e opressões de qualquer natureza. Ele é o reflexo das transformações que vinham afetando a profissão entre as décadas de 1980 e 1990. Para melhor compreendermos os elementos constitutivos do projeto ético-político é válido fazer um resgate das análises de Netto (2009) acerca deste tema.

Como base nos pressupostos da teoria marxista, é possível afirmar que a sociedade humana não detém uma intencionalidade, não possui uma dimensão teleológica. Contudo, essa característica não se aplica ao ser humano, pois suas ações são condicionadas por necessidades e interesses, expressando, assim, um caráter teleológico. Seja individual ou coletivamente, as ações dos sujeitos demandam a elaboração de um projeto, uma antecipação ideal do objetivo. Para obter legitimação social, um projeto precisa de conjunto de valores e meios culturais ou materiais para sua efetivação. Um projeto societário explicita o modelo de sociedade que se almeja construir. Eles possuem uma natureza coletiva e contemplam todo o conjunto da sociedade. (NETTO, 2009, p.142).

Além de deter um caráter de classe, também absorvem componentes relacionados a cultura, gênero, étnico-raciais, entre outros. Neles, encontramos uma dimensão política. Segundo Netto (2009, p.144), o corpo profissional se constitui como uma unidade não homogênea, uma unidade de diversos. É marcado por disputas, lutas e tensões, tais características fazem parte da natureza democrática. É importante ressaltar que a consolidação de um projeto não resulta

na eliminação das divergências e contradições. A análise histórica, nos revela que nos regimes ditatoriais, seja através da repressão ou da coerção, o projeto prioritário é aquele que reflete os interesses de quem detém o poder. O autor destaca que, mesmo na democracia, o projeto da classe trabalhadora opera em condições menos favoráveis ao enfrentamento do projeto societário da classe dominante.

Na sociedade capitalista existem dois projetos societários em disputa: um com bases conservadoras e o outro pautado nos ideais de transformação. A partir dos valores, princípios, objetivos que esses projetos comportam, sujeitos e grupos sociais são atraídos para cada um deles conforme seus ideais e interesses. É no interior dos projetos societários que emergem os projetos profissionais.

Os projetos profissionais, constituídos no âmbito do projeto coletivo, em sua grande maioria representam profissões regulamentadas juridicamente, detentoras de formação teórica ou técnico-interventiva e possuem nível acadêmico superior. Tais projetos apresentam a autoimagem da profissão e compreendem uma série de valores, princípios, objetivos, saberes e função social, com o propósito de angariar legitimidade social aos profissionais. Com a finalidade de orientar a prática e comportamento profissional sobre aqueles que demandam por seu serviço (usuários, instituições, estabelecimentos, poder público), são definidos no projeto profissional os requisitos técnicos, teóricos e práticos (Id., Ibid.). Esses projetos não carregam consigo o mesmo nível de amplitude que os projetos societários. Teixeira e Braz afirmam que:

Num exercício de sistematização, podemos identificar os elementos constitutivos do projeto ético-político do Serviço Social e os componentes que o materializam no processo sócio-histórico da profissão. São eles: a) o primeiro se relaciona com a explicitação de princípios e valores ético-políticos; b) o segundo se refere à matriz teórico-metodológica em que se ancora; c) o terceiro emana da crítica radical à ordem social vigente - a da sociedade do capital - que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exibe uma produção monumental de riquezas [...]. (TEIXEIRA e BRAZ, 2009, p.7-8).

Segundo Netto (2009, p.146) os projetos profissionais possuem uma estrutura dinâmica, a qual recebe as influências das transformações da sociedade, sejam elas de natureza política, econômica, social ou cultural. E com base nessas características reafirma-se a importância de analisar e compreender criticamente a realidade e desenvolver o conhecimento que possa ser aplicado no cotidiano profissional. Esses projetos possuem um caráter pluralista, são

constituídos de forma heterogênea e abarcam as particularidades de um tempo e espaço historicamente determinados, além das singularidades econômicas, sociais e políticas.

A consolidação do projeto ético-político do serviço social ocorreu paralelamente à implementação da agenda neoliberal no Brasil nos anos de 1990. O neoliberalismo, em vigor até os dias atuais, desde seus primórdios no país vem representando uma forte ameaça aos direitos da classe trabalhadora tão arduamente conquistados. As práticas clientelistas e patrimonialistas que caracterizaram historicamente as políticas sociais resistiram ao fim do regime militar, ao processo de redemocratização do país e vêm se agravando desde a década de 1990 com a implantação da agenda neoliberal.

O que se evidencia nesse cenário é um intenso avanço da mercantilização das políticas sociais e amplificação do sucateamento dos serviços públicos e da supressão de direitos. De acordo com Bravo (2009, p.101), na conjuntura dos anos 90 emergiram dois projetos societários antagônicos. Um deles vinculado à defesa da democratização do acesso aos direitos sociais e aos serviços públicos, ao fortalecimento do controle social e aos ideais da reforma sanitária. O outro é o projeto privatista, atrelado ao ideário neoliberal e pautado na focalização das políticas sociais e individualização.

Iniciada ainda na gestão Fernando Collor de Mello, a política neoliberal se fortaleceu no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). O Plano Diretor da Reforma do Estado, criado por Bresser Pereira (Ministro da Administração e Reforma do Estado - MARE) em 1995, expressa bem o caráter neoliberal. Behring e Boschetti (2009, p.161), definem a reforma do Estado como antidemocrática e conservadora. Orientada pelos interesses mercadológicos, ampliou substancialmente o desmonte e a destruição das recém-conquistas dos trabalhadores. O Plano Diretor tinha como pilares a administração pública com caráter gerencial, ou seja, priorizava a eficácia, a redução dos gastos, a produtividade e o controle dos resultados. Segundo as autoras, a partir dos estudos de Draibe (2009), o neoliberalismo age sobre as políticas sociais através das privatizações, focalização/seletividade e descentralização.

Segundo Cavalcanti e Teixeira (2020), no período FHC ocorreu um intenso avanço no processo de desregulamentação do trabalho. A partir da revisão de alguns pontos da legislação trabalhista, abriu-se as possibilidades para a intensificação da flexibilização no mercado de trabalho, mediante as alterações nas formas contratuais, na facilitação das demissões e desmonte da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). O objetivo dessas reformas é reduzir

os custos da força de trabalho e ampliar o controle e a subordinação da classe trabalhadora. O que se verifica é uma "reforma trabalhista permanente", assinala Alves (2017). Os efeitos dessa política têm sido devastadores para a classe trabalhadora, se manifestando através da intensificação da flexibilização nas relações trabalhistas, do aumento da precarização e das expropriações.

Durante o governo Lula (2003–2010) medidas importantes foram desenvolvidas no âmbito social. No entanto, não foram suficientes para extinguir as contradições socioeconômicas no país. Nos dois primeiros mandatos petistas a conciliação de classes teve papel proeminente. O objetivo era articular desenvolvimento social com crescimento econômico, ou seja, ampliar investimentos sociais sem comprometer os interesses da classe dominante. Segundo a economista Laura Carvalho (2018), o governo Lula desenvolveu um modelo econômico fundamentado em três pilares: (1) distribuição de renda às camadas mais empobrecidas e valorização do salário-mínimo; (2) incentivo ao consumo das famílias e dos médios e pequenos empresários mediante acesso ao crédito; (3) mais investimentos, sobretudo em construção civil e setores de infraestrutura.

No âmbito da educação, verificou-se um crescimento do número de vagas nas universidades públicas e também no fornecimento de bolsa de estudos, assim como a expansão das políticas de cotas destinados aos negros, indígenas e aos mais pobres. Também houve um aumento significativo do ensino superior à distância e, com isso, reduzindo o tempo de formação e abrindo caminho para o tecnicismo. Esse quadro repercutiu fortemente sobre o serviço social.

Nesse período, combinados a ampliação dos investimentos em políticas sociais, estavam o crescimento econômico mais dinâmico e o aumento do emprego formal. A expansão das políticas sociais resultou no aumento da contratação de assistentes sociais. Todavia, a inserção dos associados social se deu em postos de trabalho muito precarizados, a partir de contratos temporários e terceirizados. Em síntese, a expansão das políticas sociais acarretou a necessidade de novas contratações, as quais se realizaram em condições precarizadas, marcadas pelo assistencialismo, pela prática tecnicista e burocrática. Constatou-se a continuidade da política social de caráter focalizado, seletivo e pautado no alívio da pobreza (SILVA, 2019, p.565).

As pautas destinadas às demandas da classe trabalhadora foram fortalecidas durante os dois primeiros mandatos de Lula. Embora permeadas por limites, restrições e contradições, a ampliação das políticas sociais somadas à expansão do serviço social geraram as condições propícias para uma direção ético-política em suas práticas cotidianas. Silva (2019, p.567), ressalta que mesmo um cenário favorável, o projeto ético-político não pôde ser efetivado. Na realidade, um projeto pautado na construção de uma nova sociedade reside no âmbito do ideário coletivo e, portanto, não há possibilidade de ser concretizado a partir dos anseios de uma categoria profissional. A luta em torno do projeto ético-político está na direção da emancipação humana e de uma ordem social justa e democrática. Mas a construção de uma sociedade está relacionada à atividade histórica do sujeito coletivo, tratando-se de um processo que transcende a vontade profissional.

A política de assistência social conquistou uma importante posição no Brasil nessa conjuntura, na medida que alcançou legitimidade, normatização e institucionalidade. O cenário também foi favorável ao serviço social, possibilitando maior participação dos profissionais na elaboração, implementação e gestão das políticas assistentes. No entanto, a análise sobre essa questão exige uma certa cautela, pois, conforme assinalado por Silva (2019, p.567), ao superdimensionar os ganhos obtidos, amplia-se o risco de minimizar as dificuldades e limites que emergem no campo da assistência social. Apesar dos avanços observados, a política social manteve-se subordinada à lógica da mercantilização e a agenda neoliberal, assim como os interesses da classe dominante mantiveram-se.

O governo de Dilma Rousseff (2011-2016) conservou o alinhamento com os interesses da classe dominante. Em seu segundo mandato promoveu uma agenda similar à que era defendida pela oposição na disputa eleitoral em 2015, ou seja, atrelada às demandas burguesas. No entanto, essa postura não foi suficiente para garantir a estabilidade de seu governo. Por inúmeras razões, o governo Dilma já vinha apresentando sinais de esgotamento antes mesmo da deflagração do golpe de 2016. A farsa do impeachment ficou ainda mais explícita ao considerarmos as denúncias que lhe deram fundamento: as chamadas pedaladas fiscais (créditos suplementares envolvendo instituições do Estado). Fica claro que, diferente do que afirmam os defensores do golpe, Dilma foi destituída da presidência por motivações políticas e não em razão de crime (BRAZ, 2017, p.88-89).

A agudização da crise econômica levou à instabilidade política e social. E a busca incisiva dos setores da classe dominante pela recomposição da taxa de lucro acentuou a gravidade dessa situação. A burguesia ansiava por um governo que fosse capaz, no menor tempo possível, de implementar toda contrarreforma que fosse necessária para contornar os efeitos da recessão econômica. Forjar um golpe, disfarçado de impeachment, com aparente legalidade e em conformidade com regras institucionais, pareceu um atalho oportuno para alcançar os objetivos. Diante do aprofundamento da crise, o modelo de conciliação de classes começava a se desmoronar.

Após o golpe, Michel Temer, que era vice-presidente de Dilma Rousseff, assumiu o posto de presidente interino. No seu efêmero governo promoveu um gigantesco ataque contra os direitos sociais e trabalhistas, ampliou os processos de expropriações e agudizou as desigualdades. As contrarreformas implementadas se configuraram em imensos retrocessos. Para citar apenas alguns exemplos, foi instituída a Emenda Constitucional n°95, com a finalidade de congelar os gastos em saúde e educação por vinte anos, valores corrigidos apenas com base na inflação; Temer propôs uma reforma na previdência social, que pelos moldes apresentados acarretaria dificuldades ainda maiores ao acesso dos benefícios sociais por quem mais precisa; implementou a contrarreforma trabalhista, promovendo alterações substanciais na CLT, na verdade o ápice dos desmontes dos direitos trabalhistas no Brasil. Com isso, enfraqueceu os sindicatos, dificultou o acesso dos trabalhadores à justiça do trabalho, ampliou as possibilidades para formas de contratação altamente precarizadas, como terceirização, trabalho intermitente, subcontratos, informalidade e uberização. Além disso, diferente do discurso propagandista, não foi capaz de combater as altas taxas de desemprego.

Em um contexto fortemente conturbado, tanto do ponto de vista econômico quanto político e social, Bolsonaro venceu as eleições no Brasil em 2018. Fato também favorecido em decorrência da prisão do seu maior oponente: Lula. Integrante da extrema-direita brasileira, Bolsonaro sustentou sua pauta política no conservadorismo, no autoritarismo, no moralismo cristão e no desprezo às instituições democráticas. Sua base de apoio esteve concentrada entre o empresariado, os setores vinculados ao agronegócio, membros das igrejas evangélicas etc. Durante sua gestão não apenas deu continuidade à agenda neoliberal como a intensificou ao máximo que pode.

No que diz respeito aos direitos sociais e trabalhistas, o país se deparou com um quadro perverso de desmonte, de precarização, de destruição total. O governo Bolsonaro impôs um aprofundamento e uma aceleração dos processos de expropriações já em curso no país. Exemplos concretos disso se expressam, no avanço da destruição do meio ambiente e das terras dos povos originários. O caso do povo Yanomami foi um retrato cruel disso. Com terras e rios contaminados pela atuação dos garimpos ilegais e os pedidos de ajuda ignorados pelo governo federal, muitos Yanomami foram submetidos a fome, desnutrição, doenças e mortes (CASTRO, 2022). As expropriações também se refletiram no sucateamento da saúde pública; na redução de investimentos em programas como Bolsa Família, Programa Minha Casa Minha Vida; nos cortes de gastos na educação pública e nos ataques às universidades; no fim da política de valorização do salário-mínimo (Decreto 9.661/2019); Além disso, acentuou a flexibilização das relações de trabalho:

Mais uma vez, é possível evidenciar processo expropriativo por meio da MP 905/2016 (EINLOFT, 2020), ao instituir a “Carteira Verde e Amarela”, que é mais uma reforma trabalhista velada. Seu objetivo principal foi o de retrain direitos trabalhistas, sob a justificativa da oportunidade do primeiro emprego, cuja modalidade de contratação abarca jovens de 18 a 29 anos de idade, recebendo até um salário-mínimo e meio, por prazo máximo de 24 meses, podendo corresponder a até 20% dos funcionários de uma empresa. Mais de 1000 pontos nas relações de trabalho foram alterados, como a retirada do adicional de periculosidade, as horas extras, as férias e o FGTS foi reduzido de 8% para 2%, além da redução da multa de 40% para 20% e da isenção da contribuição dos empregadores para a previdência (CORTÊS, Tais, 2020, p.76).

A crise sanitária no Brasil, a partir do advento da pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19) em março de 2020, agravou a situação socioeconômica do país, marcada pela recessão na economia, altos índices de desemprego, trabalho informal e profundas desigualdades. As orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), pautadas no isolamento social e na quarentena, visavam conter a propagação do vírus, o aumento no número de mortes e possível colapso dos hospitais. O fechamento do comércio e das atividades não essenciais estavam entre as medidas a serem adotadas. No entanto, Bolsonaro, desprezou a gravidade da situação e optou por priorizar os interesses da classe dominante, levando o país à tragédia.

O negacionismo de Bolsonaro, as crises políticas internas e os conflitos por ele provocados contra o ministério da saúde que preconizava as medidas sanitárias devidas,

culminou na agudização das expressões da questão social. Somente com muita pressão social e com a articulação do Congresso Nacional, o auxílio emergencial foi implementado para atender às necessidades da população que, devido à pandemia, não poderiam exercer suas atividades laborais. Nesse contexto, o Brasil retornou ao mapa da fome e, diante do desemprego e de medidas emergenciais ineficientes e precárias, as pessoas enfrentavam enormes filas em busca de ossos para saciar a fome.

O atraso deliberado nas compras da vacina contra a COVID-19 corroborou para o crescimento das mortes em razão do vírus. Com a crise sanitária e uma gestão desastrosa e desumana, a pobreza e o desemprego avançaram por todo país. Esse quadro é muito revelador do que é o neoliberal levado ao extremo, quando os interesses do capital se sobrepõem à vida humana mesmo diante de uma crise de proporções tão grandes e que afetou o mundo inteiro. A vitória de Lula nas eleições de 2022 foi também reflexo da insatisfação de milhões de brasileiros com o governo anterior, tornando Bolsonaro o primeiro presidente da República a perder a disputa à reeleição desde 1997.

Esse quadro de acirramento das expressões da questão constatado nas décadas afeta de modo contundente o serviço social em diferentes aspectos. Os assistentes sociais passam a intervir em contexto de aprofundamento da precarização das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora. Por outro lado, ele próprio é submetido a precarização do trabalho, uma vez submetido a baixos salários e serviços públicos altamente sucateados. De acordo com Teixeira

Para o serviço social os desdobramentos não foram nada animadoras, uma vez que resultara em nefastas consequências que recaíram tanto sobre os usuários da profissão quanto sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais, como a de todos os trabalhadores. Como tais alterações capitalistas só chegaram ao Brasil a partir dos anos de 1990, foi nesta década que passamos a sentir os impactos dessas estratégias capitalistas. Contraditoriamente, foi nesta década que projeto ético-político se consolidou (TEIXEIRA e BRAZ, 2009, p.14-15).

Apesar desse cenário tão desolador para a classe trabalhadora é importante reconhecer que ainda há luta e resistência contra as ofensivas do neoliberalismo. Iamamoto (2019, p.455-456), destaca as inúmeras formas de articulação coletiva entre os trabalhadores oriundos tanto do campo quanto da cidade. No âmbito das lutas, novos sujeitos se inserem e se organizam para enfrentar as desigualdades latentes e buscar o fortalecimento dos direitos

humanos. Formam movimentos sociais que contemplam as mais variadas demandas postas pela classe trabalhadora e que se mesclam às questões de gênero, raça e etnia. A autora frisa:

[...] a mobilização estudantil na defesa da educação pública; o movimento dos sem-terra e dos trabalhadores sem-terra; o movimento das nações indígenas pela preservação de seu patrimônio material e cultural; as lutas das mulheres contra a opressão, o feminicídio, o assédio e pela legalização do aborto; as manifestações coletivas contra o desmonte da Previdência Social; as lutas dos afrodescendentes por direitos e contra o preconceito; da juventude trabalhadora da periferia das grandes cidades contra o genocídio de jovens, negros, pobres das periferias urbanas; a luta contra a fobia LGBTT e contra todas as formas de racismo (IAMAMOTO, 2019, p.455-456)

Diante dessa de uma conjuntura marcada pelo desemprego estrutural, baixos salários, precarização das condições de vida e trabalho, as quais afetam tanto o serviço social quanto a classe trabalhadora em geral, é fundamental desenvolver estratégias que possam reforçar o controle social através dos fóruns de representação política, conselhos e conferências. Para lamamoto (2019, p.456), é de suma importância o fortalecimento da união com profissionais de categorias diversas, assim como entidades representativas e como os movimentos sociais. Desse modo, as demandas e necessidades expostas pelos trabalhadores encontrarão maiores possibilidades de obter visibilidade e reconhecimento na cena pública. Outro ponto ressaltado, consiste na necessidade de uma formação contínua de modo a favorecer um posicionamento crítico na realidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde meados da década de 70 do século passado, grandes transformações impactaram o capitalismo e seus efeitos são sentidos até os dias atuais. A partir dessas intensas mutações, o Estado passou por um processo de reconfiguração e o sistema produtivo foi fortemente impactado. Em relação ao mundo do trabalho, cada vez mais as relações trabalhistas são submetidas a flexibilização e precarização.

Diante da reestruturação produtiva, a flexibilização nas relações trabalhistas impõe aos trabalhadores condições cada vez mais precarizadas. É importante ressaltar que, diferente das economias centrais, a flexibilização e a precarização do trabalho são caracterizados

históricas no Brasil, como sinalizado anteriormente. No entanto, no cenário neoliberal, essas condições sofrem um acirramento, um aprofundamento.

No contexto de crise estrutural do capitalismo, a política neoliberal assume papel contundente no processo de retomada da taxa de lucro. Nesse cenário, amplia-se o processo de privatização e o poder público tende a enxugar suas funções no âmbito social. Enquanto cresce o desemprego estrutural, ocorre um aumento substancial da precarização do trabalho que pode ser vista através do crescimento dos contratos terceirizados, do subcontrato, do trabalho informal, do contrato intermitente e da uberização do trabalho. Esse quadro afeta de modo profundo o serviço social.

O CE/93 e o projeto ético-político, consolidados da década de 1990, representam dispositivos imprescindíveis ao serviço social. Contudo, os anos de 1990 serão marcados por fortes mudanças no mundo do trabalho, as quais afetarão o serviço social de duas formas. A primeira delas será através da agudização das expressões da questão social (objeto de intervenção do assistente social), ocasionadas pelo avanço da erosão dos direitos sociais, do sucateamento dos serviços públicos e da precarização das relações trabalhistas. A segunda forma é concernente a inserção dos assistentes sociais em postos de trabalho mais precarizados e com baixos salários.

Nessa atual conjuntura, de acirramento dos conflitos entre capital e trabalho, a luta de toda classe trabalhadora na tanto na defesa dos direitos sociais, quanto no enfrentamento das formas de opressão em relação a gênero, raça e etnia. Nesse sentido, torna-se imprescindível o fortalecimento dos movimentos sociais e dos espaços de controle social, tais como conselhos, fóruns, conferências para ampliar o debate e as possibilidades de explicitar as demandas e necessidades no cenário político.

## REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Reforma trabalhista, modernização catastrófica e a miséria da República brasileira**. Blog da Boitempo, 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/03/27/reforma-trabalhista-modernizacao-catastrofica-e-a-miseria-da-republica-brasileira/>. Acesso em: 08 mai. 2023.

BARROCO, Maria Lucia. **Ética e Serviço Social: Fundamentos ontológicos**. /n: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BEHRING, Elaine e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BENITES, Afonso. Diretor da Pfizer escancara atraso letal do governo Bolsonaro na compra de vacinas. *El País*. Brasília, 13 maio 2021. <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-13/diretor-da-pfizer-escancara-atraso-letal-do-governo-bolsonaro-na-compra-de-vacinas.html>. Acesso em: 17 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. Lei que regulamenta a Terceirização Irrestrita. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13429.htm). Acesso em: 17 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm). Acesso em: 17 maio 2023.

BRASIL. Lei N<sup>o</sup> 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8662.htm#:~:text=LEI%20No%208.662%2C%20DE,\(Mensagem%20de%20veto\).&text=O%20PRESIDENTE%20DA%20REP%C3%9ABLICA%20Fa%C3%A7o,as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20estabelecidas%20nesta%20lei](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm#:~:text=LEI%20No%208.662%2C%20DE,(Mensagem%20de%20veto).&text=O%20PRESIDENTE%20DA%20REP%C3%9ABLICA%20Fa%C3%A7o,as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20estabelecidas%20nesta%20lei). 17 maio 2023.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. – 10<sup>a</sup>. ed. rev. e atual. – Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm). Acesso em: 17 maio 2023.

BRASIL. PROJETO DE LEI Nº 1678, DE 2021. Regulamenta o art. 243 da Constituição Federal para dispor sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho escravo e dá outras providências.

BRAVO, Maria Inês. Política de Saúde no Brasil. *In*: MOTTA, Ana Elizabete; *et. al.* **Serviço social e saúde: formação profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRAZ, Marcelo. **O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário**. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017.

CASTRO, Carol. Governo Bolsonaro ignorou 21 ofícios com pedidos de ajuda dos Yanomamis. **The Intercept Brasil**. 17 ago 2022. Disponível em: <https://theintercept.com/2022/08/17/governo-bolsonaro-ignorou-21-oficios-com-pedidos-de-ajuda-dos-yanomami/>. Acesso em: 14 mar 2023.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira: Do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2018

CAVALCANTI, C. P. N. e TEIXEIRA, R. O Fracasso da proteção social pública: a potência da cooperação social em luta pela vida. In: **Proteção social, lutas e trabalho em tempos de crise do capitalismo** / Organizadoras Cecília Paiva Neto Cavalcanti, Regina Coeli Pinto Teixeira, Telma Fernandes Barrionuevo Gil. – Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2020.

CÔRTEZ, Thaís Lopes. **A Potenciação da Expropriação no Ultraneoliberalismo**. Rev. Mundo Livre, Campos dos Goytacazes, v. 7, n. 1, p. 62-85, jan./jun. 2021.

Fila para conseguir doação de ossos é flagrante da luta de famílias brasileiras contra a fome. **G1 - Fantástico**, 25 jul. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/07/25/fila-para-conseguir-doacao-de-ossos-e-flagrante-da-luta-de-familias-brasileiras-contr-a-fome.ghtml>. Acesso em: 14 maio 2023.

GUIMARÃES, José. Com Bolsonaro, o Brasil voltou ao mapa da fome. **Carta Capital**, 15 jul. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/frente-ampla/com-bolsonaro-o-brasil-voltou-ao-mapa-da-fome/>. Acesso em: 14 maio 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 136, p. 439-461, set./dez. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e Raul de Carvalho. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 40ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

NASCIMENTO, Patricia Lima do. **Serviço Social e Instrumentos Normativos-legais na Trajetória Sócio-histórica da Profissão no Brasil**. Revista Serviço Social em Perspectiva Montes Claros, v.2, n.1, jan/jun-2018.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social**. In: MOTTA, Ana Elizabete; *et. al.* Serviço social e saúde: formação profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ORTIZ, F.G. **O serviço social e sua imagem: avanços e continuidades de um processo em construção**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, orientadora: Yolanda Guerra – Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Serviço Social, 2007.

REISDA, Daniel. **Bolsonaro é primeiro presidente a perder disputa à reeleição**. CNN Brasil, 30 out. 2022. Disponível em: [https://www-cnnbrasil-com-br.cdn.ampproject.org/v/s/www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-e-primeiro-presidente-a-perder-disputa-a-reeleicao/amp/?amp\\_gsa=1&amp\\_js\\_v=a9&usqp=mq331AQIUAKwASCAAgM%3D#amp\\_tf=De%20%251%24s&aoh=16853091722125&referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&ampshare=https%3A%2F%2Fwww.cnnbrasil.com.br%2Fpolitica%2Fbolsonaro-e-primeiro-presidente-a-perder-disputa-a-reeleicao%2F](https://www-cnnbrasil-com-br.cdn.ampproject.org/v/s/www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-e-primeiro-presidente-a-perder-disputa-a-reeleicao/amp/?amp_gsa=1&amp_js_v=a9&usqp=mq331AQIUAKwASCAAgM%3D#amp_tf=De%20%251%24s&aoh=16853091722125&referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&ampshare=https%3A%2F%2Fwww.cnnbrasil.com.br%2Fpolitica%2Fbolsonaro-e-primeiro-presidente-a-perder-disputa-a-reeleicao%2F). Acesso em: 15 maio 2023.

SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da "Questão Social" no Brasil: elementos para o debate.** Dossiê: A "QUESTÃO SOCIAL" TEMAS & MATIZES - Vol. 9 - No 17 - PRIMEIRO SEMESTRE DE 2010. pp. 125-150.

SILVA, Mossicléia Mendes da. **O projeto ético-político do Serviço Social do ciclo petista à escalada da extrema-direita.** R. Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v.29, n. 2, p. 559-587, 2019.

SILVA, Jackeline Araujo. **O Código de Ética do Assistente Social e o Projeto Ético-político: Uma Trajetória Histórica de Mudança.** Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis SC -27 a 29 de Outubro de 2015.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda **Gestão do trabalho: concepção e significado para o SUAS.** *In: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Gestão do Trabalho no Âmbito do Suas: Uma contribuição Necessária.* - Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/gestaodo trabalhosuas.pdf&ved=2ahUKEwiV3cu0w\\_PxAhV7r5UCHWksCnMQFjAAegQIAxAC&usq=AOvVaw1l2w0kGI7SepUM6UUHAFn6](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/gestaodo trabalhosuas.pdf&ved=2ahUKEwiV3cu0w_PxAhV7r5UCHWksCnMQFjAAegQIAxAC&usq=AOvVaw1l2w0kGI7SepUM6UUHAFn6). Acesso em: 15 maio 2023.

TEIXEIRA, Joaquina Barata e BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social.** *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.* Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TURTELLI, Camila. **Com escalada de fome no Brasil, governo destrói programa alimentar.** UOL, Brasília, 06 jun 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/06/06/com-escalada-de-fome-no-brasil-governo-destroi-programa-alimentar.htm>. Acesso em: 17 mar 2023.

YAZBECK, Maria Carmelita. **Educação permanente e a política de assistência social: o papel da academia e os desafios para o serviço social.** *In: Gestão do trabalho e Educação Permanente no SUAS em Pauta.* Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS, 1ª Edição, Brasília, 2014, p.129-142.